

Manifestação de repúdio a actos de violência nas escolas e à desigualdade de género

Nacional, Publicidade, 28-05-2024, Pág. 10, Ed. nº 134, 8.º

No dia 26 de Maio do corrente ano, circulou nas redes sociais um vídeo em que um rapaz agredia fisicamente uma rapariga e pelas imagens tudo levava a crer que se tratava de alunos de uma escola, mais tarde identificada como sendo a Escola Secundária 4 de Outubro, em Ressano Garcia.

Em pouco tempo o vídeo teve repercussão a nível nacional e muitos foram os comentários condenando a atitude do aluno agressor.

Dada a visibilidade do acto que se tornou assunto comentado em televisões nacionais e o rápido repúdio popular, o Ministério de Educação e Desenvolvimento Humano (MINEDH), prontamente se manifestou atribuindo à escola e aos Serviços Distritais de Educação, Juventude e Tecnologias (SDEJTs) da Moamba competências para tratar do assunto localmente. Do apuramento do assunto e as devidas circunstâncias com os envolvidos e os respectivos encarregados de educação, a direcção da Escola Secundária 4 de Outubro decidiu pela expulsão do aluno a 27 de Maio.

Esta agressão que chocou a opinião pública surge num contexto que tem sido prolífico em actos de violência cada vez mais graves contra as mulheres, raparigas e crianças, mostrando como as desigualdades estruturais de género se reflectem de forma crescente em relações violentas que perigam a vida, a integridade física e o bem-estar emocional das vítimas.

Desde às famílias, até às comunidades e instituições públicas temos assistido a um cortejo macabro de violações e assédio sexual conjugadas com agressões físicas e psicológicas graves, num pano

A Covid-19 colocou essas desigualdades em maior evidência e tornou mais claro que as mulheres são as mais pobres, as mais discriminadas e as menos protegidas por quem tem esse mandato.

A violência contra a rapariga na escola é também estrutural, na medida em que não se trata de actos isolados de agressão, mas de relações violentas e discriminatórias que enquadram a sua presença na instituição. É o assédio e violência sexual por parte de docentes, pessoal escolar e colegas, é o chiste e a depreciação constantes, é a obrigação de usarem saias compridas para "protegerem" os professores de tentações (com o que se quer dizer que são elas que provocam as agressões de que são vítimas), é a falta de condições sanitárias para responder às exigências pessoais, sobretudo no período menstrual, e tantos outros exemplos que todas/os conhecem e fingem não existir. Não há muito tempo, era a expulsão da rapariga da escola ou do turno diurno em caso de gravidez, mesmo que esta tivesse acontecido por assédio sexual perpetrado por um professor (Despacho 39).

É preciso que haja um debate construtivo sobre a sexualidade das e dos jovens e sobre a violência de género.

Esta agressão filmada e que aconteceu a 25 de Maio mostra um acto isolado, mas que tem lugar num contexto de grande violência e discriminação. Assim, a Sociedade Civil manifesta o seu veemente repúdio a este acto de violência, ainda mais chocante por ter lugar na escola, revelando um ambiente em tudo contrário aos direitos humanos e à aprendizagem de uma cidadania activa que

de um processo criminal contra o estudante por agressão física.

Contudo, advertimos que se não se sanar a gritante discriminação das raparigas na escola, este tipo de agressões ou outras já bem conhecidas continuarão a grassar. Assim e entre outros, torna-se urgente a rápida disseminação e implementação do "Mecanismo Multissetorial para a Prevenção, Denúncia, Encaminhamento e Resposta a Violência contra Crianças nas Escolas, incluindo Assistência às Vítimas", que o MINEDH aprovou em Dezembro de 2019, visando eliminar casos de violência e de bullying nas escolas e a criação de um ambiente escolar são e fraterno tanto para as raparigas, assim como para os rapazes.

É importante que não se revitimize a aluna que é agredida, quando em certos órgãos da comunicação social ela é apresentada como sendo culpada da própria agressão que sofreu, desresponsabilizando-se o agressor, que quase passa a vítima de acordo com certos relatos.

Esperamos que este episódio que em tudo mancha a Instituição escolar sirva como um aviso, como um sinal vermelho de que é urgente intervir para trazer a igualdade de tratamento entre meninas e meninos, a garantia de um ambiente seguro e protector da rapariga e que valorize a equidade, a dignidade das pessoas e as ensine a serem cidadãs e cidadãos cumpridores da lei e conscientes dos seus direitos.

Este ambiente violento tem tornado todas as mulheres e raparigas em Moçambique menos seguras e mais vulneráveis a serem atacadas na sua

de fundo em que as instituições que deveriam trazer justiça e resgatar a legalidade são, na maior parte dos casos, cúmplices dos agressores, seja por corrupção, seja por preconceitos em relação à posição subordinada das mulheres, que ditam a sua conduta em tudo contrária à lei nacional.

deveria ocorrer numa instituição de ensino. Saudamos a pronta intervenção do MINEDH, SDEJTs e da direcção da escola pela rápida tramitação deste assunto. Entretanto, para desencorajar este tipo de atitudes, instamos as autoridades a darem o devido seguimento ao assunto, o que inclui a abertura

seguras e mais vulneráveis a serem atacadas na sua dignidade e integridade física. É tempo de garantir direitos de cidadania de forma mais inclusiva à mulheres, homens e crianças.

Pela justiça e pela igualdade!